

Sumário

Apresentação da 3ª edição, xvii

Apresentação da 2ª edição, xix

À GUISA DE INTRODUÇÃO, 1

- 1 Doze anos de vigência da lei de arbitragem, 1
- 2 Obstáculos à utilização da arbitragem antes da Lei 9.307/96, 4
- 3 O anteprojeto de lei de 1981, 5
- 4 O anteprojeto de lei de 1986, 6
- 5 O anteprojeto de lei de 1988, 7
- 6 *A Operação Arbitrer*, 9
- 7 Orientação do anteprojeto que se converteu em lei: questões prévias, 11
- 8 A tramitação do projeto de lei no congresso nacional, 12
- 9 Estrutura da lei de arbitragem, 14
- 10 Autonomia da vontade das partes, 15
- 11 Convenção de arbitragem, 16
- 12 Cláusula compromissória, 16
- 13 Execução específica da cláusula compromissória, 17
- 14 Competência do árbitro, 18
- 15 Compromisso arbitral: elementos indispensáveis, 19
- 16 Elementos facultativos do compromisso arbitral, 20

- 17 Extinção do compromisso arbitral, 21
- 18 O árbitro, 22
- 19 Procedimento arbitral, 23
- 20 Sentença arbitral, 24
- 21 “Embargos de declaração”, 25
- 22 Jurisdicionalidade da arbitragem, 26
- 23 Nulidade da sentença arbitral, 27
- 24 Impugnação da sentença arbitral, 28
- 25 Reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras, 28
- 26 Disposições finais, 29

Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996

CAPÍTULO I – Disposições gerais, 31

Art. 1º, 31

- 1 Arbitragem: conceito, 31
- 2 Cláusula arbitral escalonada, 34
- 3 Arbitragem obrigatória, 36
- 4 Capacidade de contratar, 37
- 5 Direito patrimonial disponível, 38
- 6 Direito do trabalho, 39
- 7 O Estado e a arbitragem, 45
- 8 Relações de consumo, 52
- 9 Arbitragem na recuperação de empresas, 54
- 10 Parcerias público-privadas, 54
- 11 Coisa julgada, 56
- 12 Natureza da tutela pretendida: o pedido imediato, 57
- 13 Jurisprudência, 59

Art. 2º, 64

- 1 Autonomia da vontade, 64
- 2 Equidade, 65
- 3 A Lei de Introdução ao Código Civil (art. 9º), 67
- 4 Bons costumes, 68
- 5 Ordem pública, 69
- 6 Princípios gerais de direito, 71
- 7 Usos e costumes, 72
- 8 *Lex mercatoria*, 73
- 9 Jurisprudência, 75

CAPÍTULO II**Da Convenção de Arbitragem e seus Efeitos, 77**

Art. 3º, 77

- 1 Convenção de arbitragem, 77
- 2 Efeitos da convenção de arbitragem, 78
- 3 Direito intertemporal: mais duas palavras sobre os efeitos da convenção de arbitragem, 80
- 4 Extensão subjetiva da convenção de arbitragem, 82
- 5 Extensão objetiva da convenção de arbitragem, 84
- 6 Jurisprudência, 85

Art. 4º, 94

- 1 Ausência de tratamento legislativo da cláusula compromissória antes da lei de arbitragem, 94
- 2 Pacto de genebra, 96
- 3 Convenção de Nova Iorque, 98
- 4 Convenção interamericana sobre arbitragem comercial internacional (Convenção do Panamá), 99
- 5 Natureza jurídica da cláusula compromissória, 100
- 6 Requisitos da cláusula arbitral, 104
- 7 Contratos de adesão, 106
- 8 Cláusula compromissória e testamento, 108
- 9 A cláusula compromissória nos contratos societários, 110
- 10 Cláusulas arbitrais patológicas, 112
- 11 Cláusula compromissória e eleição de foro, 114
- 12 Jurisprudência, 123

Art. 5º, 127

- 1 Órgãos arbitrais institucionais, 127
- 2 Instituições de caráter científico, 129
- 3 Órgãos arbitrais institucionais brasileiros, 130
- 4 Órgãos arbitrais institucionais internacionais, 132
- 5 Controle e fiscalização dos órgãos arbitrais institucionais, 135
- 6 Regras para a instituição da arbitragem, 137
- 7 Modelos de cláusulas arbitrais: as sugestões dos órgãos arbitrais institucionais, 140
- 8 Jurisprudência, 141

Art. 6º, 143

- 1 Cláusula arbitral vazia, 143

- 2 Firmar compromisso arbitral?, 144
- 3 Falta de acordo e recurso ao poder judiciário, 146
- 4 Intervenção judicial, 147
- 5 Jurisprudência, 149

Art. 7º, 153

- 1 Execução específica: sentença substitutiva da vontade da parte, 154
- 2 Execução específica da cláusula compromissória, 156
- 3 Procedimento, 158
- 4 Consequências do comportamento do réu no processo, 161
- 5 Sentença e seus efeitos, 165
- 6 Indicação de órgão arbitral institucional na sentença, 166
- 7 Execução da cláusula compromissória em face de órgão arbitral institucional, 167
- 8 Jurisprudência, 169

Art. 8º, 173

- 1 Autonomia da cláusula compromissória, 173
- 2 Competência do árbitro para analisar a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, 175
- 3 Jurisprudência, 178

Art. 9º, 183

- 1 Conceito de compromisso. Compromisso como contrato, 183
- 2 Compromisso e transação, 187
- 3 O compromisso na visão dos processualistas, 188
- 4 O compromisso como negócio jurídico processual, 189
- 5 Compromisso arbitral judicial, 190
- 6 Compromisso arbitral extrajudicial, 190
- 7 Processo em curso e compromisso arbitral, 192
- 8 Formalismo: necessidade de superação, 193
- 9 Instauração da arbitragem, 194
- 10 Jurisprudência, 195

Art. 10, 197

- 1 Elementos essenciais do compromisso arbitral, 197
- 2 Qualificação das partes, 198
- 3 Qualificação dos árbitros, 199
- 4 Matéria que será objeto da arbitragem, 202
- 5 Local em que será proferido o laudo, 204
- 6 Jurisprudência, 205

Art. 11, 208

- 1 Local da arbitragem, 208
- 2 Autorização para julgar por equidade, 210
- 3 Prazo para apresentação da sentença arbitral, 211
- 4 Lei aplicável à arbitragem. Regras corporativas, 212
- 5 Honorários advocatícios e despesas da arbitragem, 213
- 6 Honorários dos árbitros, 214
- 7 Idioma em que se processará a arbitragem, 218

Art. 12, 220

- 1 Árbitros insubstituíveis e extinção do compromisso arbitral, 220
- 2 Prazo para proferir o laudo e extinção do compromisso, 222
- 3 Jurisprudência, 224

CAPÍTULO III**Dos árbitros, 227**

Art. 13, 227

- 1 Árbitro, arbitrador e compositor amigável, 228
- 2 Capacidade para ser árbitro, 229
- 3 Pode o juiz togado ser árbitro?, 231
- 4 Número ímpar de árbitros, 232
- 5 Árbitros suplentes, 232
- 6 O processo de escolha dos árbitros, 234
- 7 A escolha do presidente, 235
- 8 O secretário, 237
- 9 Imparcialidade, 239
- 10 Códigos de Ética, 241
- 11 Independência, 242
- 12 Competência, 243
- 13 Diligência, 244
- 14 Discrição, 246
- 15 Adiantamento de verbas, 247
- 16 Jurisprudência, 249

Art. 14, 251

- 1 Impedimento e suspeição, 251
- 2 Dever de revelação, 254
- 3 Recusa do árbitro, 255

Art. 15, 256

- 1 Exceção de impedimento e suspeição, 256

2 Forma da exceção e competência do tribunal arbitral para decisão, 257

3 Acolhimento da exceção, 259

Art. 16, 260

1 Árbitro substituto (ou suplente) indicado na convenção de arbitragem, 260

2 Árbitro substituto não indicado diretamente na convenção de arbitragem, 261

3 Impasse para a nomeação de substituto, 262

Art. 17, 263

1 Responsabilidade civil do árbitro, 263

2 Responsabilidade criminal do árbitro, 267

Art. 18, 268

1 Juiz de fato e de direito, 268

2 Recurso, 270

3 Fim do processo de homologação, 271

4 Sistemas de controle judicial das sentenças arbitrais, 271

5 Natureza jurídica da homologação: alguns argumentos sobre a jurisdicionalidade da arbitragem, 272

CAPÍTULO IV

Do Procedimento Arbitral, 278

Art. 19, 278

1 Instituição da arbitragem, 278

2 *Terms of reference*, 280

3 Recusa de uma das partes em assinar o termo de arbitragem, 281

Art. 20, 283

1 Preclusão?, 283

2 Suspeição e impedimento, 285

3 Incompetência do órgão arbitral. Defeito da convenção de arbitragem, 286

Art. 21, 289

1 A escolha do procedimento arbitral, 289

2 Princípios do processo arbitral, 293

3 O advogado na arbitragem, 299

4 Conciliação, 302

5 Intervenção de terceiros, 303

6 Jurisprudência, 310

Art. 22, 312

1 Poderes instrutórios do árbitro, 312

2 Depoimento das partes, 315

3 Testemunhas, 317

- 4 *Expert witnesses* (testemunhas técnicas), 319
- 5 *Witness Statements* (depoimento testemunhal escrito), 320
- 6 Medidas cautelares, 322
- 7 Antecipação de tutela, 329
- 8 Revelia, 330
- 9 Repetição de provas, 332
- 10 Jurisprudência, 333

CAPÍTULO V

Da Sentença Arbitral, 336

Art. 23, 336

- 1 Sentença, 336
- 2 Terminologia: sentença arbitral *versus* laudo arbitral, 338
- 3 Prazo convencional para apresentar a sentença arbitral, 340
- 4 Prazo legal para apresentação da sentença arbitral, 341
- 5 Sentença arbitral parcial, 343
- 6 Jurisprudência, 356

Art. 24, 358

- 1 Documento escrito, 358
- 2 Decisão majoritária, 359
- 3 Voto de minerva, 360
- 4 Declaração de voto vencido, 361

Art. 25, 363

- 1 Questão prejudicial, 363
- 2 Questão prejudicial na arbitragem: um sistema antiquado, 364
- 3 Jurisprudência, 366

Art. 26, 368

- 1 Requisitos essenciais da sentença arbitral, 368
- 2 Relatório, 369
- 3 Motivação, 369
- 4 Dispositivo, 371
- 5 Data e lugar em que a sentença foi proferida, 372

Art. 27, 373

- 1 Custas e despesas com a arbitragem, 373
- 2 Litigância de má-fé, 375

Art. 28, 376

- 1 Acordo das partes, 376

- 2 Forma da sentença arbitral homologatória, 377
- 3 Jurisprudência, 378

Art. 29, 380

- 1 Término do processo arbitral, 380
- 2 O cumprimento da sentença arbitral, 381
- 3 Sentença arbitral parcial, 382

Art. 30, 383

- 1 Correção da sentença arbitral, 383
- 2 Erro material, 384
- 3 “Embargos de declaração”, 386
- 4 Procedimento, 387

Art. 31, 390

- 1 Constituição e arbitragem, 390
- 2 Os efeitos da sentença arbitral, 393
- 3 Originais e cópias, 396
- 4 Ordem de citação do devedor: cumprimento da sentença arbitral condenatória, 397

Art. 32, 398

- 1 Nulidade ou anulabilidade?, 398
- 2 Nulidade do compromisso, 400
- 3 Sentença arbitral proferida por quem não podia ser árbitro, 401
- 4 Falta dos requisitos obrigatórios da sentença arbitral, 403
- 5 Sentença arbitral proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, 405
- 6 Sentença arbitral que não decide todo o litígio, 407
- 7 Prevaricação, concussão ou corrupção passiva, 407
- 8 Sentença arbitral proferida fora do prazo, 408
- 9 Desrespeito aos princípios que garantem o devido processo legal, 409
- 10 Violação da ordem pública, 411
- 11 Jurisprudência, 418

Art. 33, 422

- 1 Irrenunciabilidade do direito de propor demanda anulatória, 422
- 2 Objetivo da demanda anulatória, 423
- 3 Anulação parcial do laudo, 424
- 4 Procedimento da ação de anulação, 426
- 5 A impugnação ao cumprimento de sentença, 429
- 6 Anulação das sentenças parciais, 431

7 Jurisprudência, 434

CAPÍTULO VI

Do Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, 436

Art. 34, 436

- 1 Reconhecimento da sentença arbitral estrangeira, 436
- 2 Sentença arbitral nacional e estrangeira, 438

Art. 35, 441

- 1 A competência do Superior Tribunal de Justiça, 441
- 2 Caráter restritivo do dispositivo legal, 446
- 3 Jurisprudência, 447

Art. 36, 449

- 1 Procedimento da ação de homologação de sentença arbitral estrangeira, 449
- 2 Recursos, 451
- 3 Jurisprudência, 452

Art. 37, 457

- 1 Petição inicial, 457
- 2 Documentos essenciais, 458
- 3 Jurisprudência, 460

Art. 38, 463

- 1 A convenção de Nova Iorque (1958) e as hipóteses de rejeição do pedido de homologação, 463
- 2 Incapacidade das partes, 465
- 3 Invalidade da convenção de arbitragem, 468
- 4 Falta de notificação e cerceamento de defesa, 470
- 5 Sentenças *extra petita* e *ultra petita*, 471
- 6 Constituição do tribunal arbitral em desconformidade com o pactuado, 472
- 7 Sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa, 473

Art. 39, 475

- 1 Os direitos patrimoniais disponíveis e os laudos arbitrais estrangeiros, 475
- 2 Ordem pública nacional, 476
- 3 Citação e ordem pública, 479

Art. 40, 481

- 1 Extinção do processo sem julgamento de mérito, 481
- 2 Denegação de homologação e renovação do pedido, 482

CAPÍTULO VII

Disposições Finais, 484

Art. 41, 484

- 1 Alteração do art. 267, VII, do Código de Processo Civil, 484
- 2 O artigo 301, IX, do Código de Processo Civil, 485
- 3 Um equívoco: a alteração do artigo 584, III, e a reforma do Código de Processo Civil, 486
- 4 Jurisprudência, 488

Art. 42, 490

- 1 Efeitos do recurso de apelação, 490
- 2 Suspensão dos efeitos da sentença, 491

Art. 43, 492

- 1 *Vacatio legis*, 492
- 2 Direito intertemporal, 492

Art. 44, 494

- 1 Revogação do Código Civil de 1916 e do Código de Processo Civil em matéria de arbitragem, 494
- 2 O art. 51, VII, do Código de Defesa do Consumidor, 495
- 3 Jurisprudência, 495

ANEXOS, 497

Convenção do Panamá, 497

Decreto legislativo nº 90, de 1995, 497

Decreto nº 1.902, de 9 de maio de 1996, 498

Convenção de Nova Iorque, 502

Decreto legislativo nº 52, de 2002, 502

Decreto nº 4.311, de 23 de julho de 2002, 502

Lei-modelo da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Comércio Internacional (Uncitral) sobre arbitragem comercial internacional, 508

Ley Modelo de la CNUDMI sobre Arbitraje Comercial Internacional (enmendado el 7 julio de 2006), 520

Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, 536

Bibliografia, 545

Índice remissivo, 559